

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 13/01/2015 - Edição 1195

Trabalhadores dos Correios pressionam e garantem plano de segurança para agências

Com o apoio da Central Única dos Trabalhadores, do Sindicato dos Bancários e do Sindicato dos Vigilantes, o Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos - Sintect-DF, promoveu ato público em frente à agência dos Correios localizada em Taguatinga centro, para reivindicar mais segurança no trabalho. A ação arrancou uma reunião com representantes dos Correios, que se comprometeram a construir, junto com a categoria, um plano de segurança para o setor.

A escolha da agência de Taguatinga centro como sede do ato foi feita em virtude do assalto que ocorreu no último dia 6, em que trabalhadores da filial, um vigilante e clientes foram mantidos como reféns. Durante o assalto, um sargento aposentado do Corpo de Bombeiros que estava no local foi baleado e morreu.

“A nossa reivindicação é que a lei seja cumprida. Para abrir uma agência bancária tem que ter determinados itens que não tínhamos. Não tinha porta giratória, o vigilante estava desarmado e as câmeras estavam



Por mais segurança, vigilantes se juntam aos trabalhadores dos Correios em ato público, realizado na segunda-feira (12)

desligadas. Ou seja, não havia subsídios de segurança para os trabalhadores”, afirma o dirigente do Sindicato dos Vigilantes, Edmilson Rodrigues.

Ao longo do ato, gestores dos Correios chamaram a polícia para tentar abrir a agência à força. “Nós conversamos com os policiais e informamos a eles que só sairíamos dali quando a empresa se dispusesse a conversar e negociar com os trabalhadores, e assim foi feito”, completa o

dirigente sindical.

“Em torno das 11h da manhã, a direção dos Correios chamou as lideranças presentes para dialogar, e chegamos ao acordo de que nos reuniríamos novamente nessa quarta-feira (14) para traçar um plano de segurança que contemple os trabalhadores e que garanta o cumprimento da legislação”, afirma o dirigente do Sintect-DF, Jovan Sardinha.

Fonte: CUT Brasília

Após pressão do Svnit, GP devolverá valores descontados indevidamente dos vigilantes

Mais uma vez a pressão da categoria e a atuação do Svnit garantiram os direitos dos trabalhadores. Nesta segunda-feira (12). A GP informou que devolverá na quinta-feira (15) os valores descontados indevidamente nos salários de novembro e dezembro passados, referente à periculosidade nas férias.

O Svnit orienta aos vigilantes que aguardem até a data agendada e, caso a empresa não cumpra o que foi acordado, entrem em contato com o sindicato para que sejam adotadas as medidas cabíveis. “Mais uma vez o Svnit mostrou que está ao lado da categoria e que não vai deixar nenhuma empresa prejudicar o trabalhador”,

afirmou o presidente da entidade e secretário Geral da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), Cláudio José. “Somos de diálogo, mas a categoria está acima de qualquer coisa e não vamos aceitar que os vigilantes sejam prejudicados”, alertou Cláudio.

Fonte: CNTV

Garra Vigilância inicia pagamento de salários atrasados no Rio Grande do Norte

Logo após receber o repasse da Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Norte (Sesap), nesta segunda-feira (12), a empresa Garra Vigilância iniciou o pagamento dos salários atrasados aos vigilantes que trabalham em hospitais e demais unidades de saúde.

Diante do risco da Sesap não repassar os devidos valores à empresa para pagar os salários dos vigilantes, a direção do Sindsecur-

RN encaminhou ofícios ao secretário estadual da saúde e ao proprietário da Garra Vigilância, informando que os trabalhadores iriam paralisar suas atividades caso o repasse não fosse feito até a próxima quarta-feira, dia 14.

Mais uma vez prevaleceu a disposição de luta da categoria organizada pelo Sindsecur-RN e os direitos dos trabalhadores estão sendo respeitados. Além disso, o secretário da saúde, Ricardo

Lagreca, telefonou para o sindicato comunicando estar à disposição para o diálogo.

Diante disso, o Sindsecur está cancelando o ato público que estava marcado para o próximo dia 15 na Sesap. Vamos à luta sempre para fazer cumprir os nossos direitos e garantir cada vez mais conquistas. Para isso é preciso estar atento e forte junto ao sindicato.

Fonte: Sindsecur-RN



Vigilantes da FORTESUL paralisam atividades e deixam vários órgãos sem segurança

Em resposta ao descaso da FORTESUL com os trabalhadores e o atraso nos pagamentos, os vigilantes de Rondônia que trabalham para a empresa paralisaram suas atividades na manhã desta segunda-feira (12). O Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia (Sintesv) acompanhou toda a atividade. Segundo o presidente da entidade, Paulo Tico, os trabalhadores só retornaram aos seus postos após quitação de todos os vencimentos, conforme previsto no Acordo Coletivo da categoria.

Os vigilantes reivindicam

o pagamento do 13º salário, que deveria ter sido pago até no máximo 20 de dezembro de 2014, férias, ticket alimentação e rescisões pendentes. Para piorar a situação, o salário do mês de dezembro também atrasou. Os trabalhadores optaram por uma paralisação até que seja solucionado o problema.

A empresa alega que um dos principais contratantes, Tribunal Regional do Trabalho, está com três faturas vencidas, mas segundo Paulo Tico, existe uma cláusula que obriga a empresa ter uma reserva de

caixa para situações como esta. “Independentemente de terem ou não recebido dos contratantes os trabalhadores não podem ficar sem seus salários”, disse.

O sindicato encaminhou ofício informando todos os órgãos, públicos e privados que são atendidos pela FORTESUL da paralisação. Tribunal regional do Trabalho, Polícia Federal, SESI, ABIM, TCU, ICMBIL, FUNASA e vários condomínios estão sem o serviço de vigilância até que seja solucionado o problema.

Fonte: Destaque Rondônia



Trabalhadores ainda não receberam o 13º salário, que deveria ser pago até 20 de dezembro de 2014

Projeto prevê compensação de indenização por acidente de trabalho

A Câmara analisa projeto que autoriza a empresa a compensar da indenização a que foi condenada, decorrente de acidente de trabalho, o valor pago ao empregado a título de seguro de vida ou de acidentes pessoais (PL 7782/14).

Pela proposta, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), a compensação só é possível desde que o pagamento das parcelas do seguro tenha sido feito exclusivamente pelo empregador.

Atualmente, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT - Decreto-lei 5.452/43) não prevê a compensação de indenização em razão de acidente de trabalho. A compensação pode ser entendida como receber um valor e devolver outro.

SAT

O Seguro contra Acidentes de Trabalho (SAT), a cargo da empresa, é direito de todos os trabalhadores e consiste na contribuição do empregador à Previdência Social, paga na forma de percentual sobre a remuneração, conforme o risco da atividade.

Se um empregado sofre um acidente de trabalho, que provoque redução ou perda de sua capacidade laboral, independente de culpa, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) deve indenizar a vítima com o pagamento de uma renda mensal de benefício

- auxílio-doença acidentário, aposentadoria por invalidez acidentária, auxílio acidente, etc.

O benefício do SAT, no entanto, não cobre e nem exclui indenizações por danos materiais, morais e estéticos.

Seguro de vida

Já o seguro de vida ou seguro de acidentes pessoais para os empregados pode se tornar obrigatório em razão de norma coletiva ou contrato de trabalho e pode ser dividida com seguradoras privadas.

Para suportar as altas indenizações que são fixadas nas ações movidas pelos empregados acidentados, algumas empresas contratam seguro, cujo valor pago pela seguradora pode ser compensado com aquele fixado pelo juiz.

A compensação de valores é permitida porque o objetivo do seguro contratado pela empresa se destina justamente para fazer frente a tais indenizações devidas pelo empregador. Para o deputado, a jurisprudência de

tribunais trabalhistas já prevê essa compensação, caso esta tenha pago o seguro contra acidentes de trabalho, uma vez que possuem a mesma fonte pagadora e a mesma finalidade.

“A dedução não somente evita o enriquecimento ilícito do reclamante, como se trata de estímulo para que as empresas se cerquem de garantias para proteção do empregado submetido a situações de risco no trabalho”, explicou o parlamentar.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será arquivado pela Mesa Diretora no dia 31 de janeiro, por causa do fim da legislatura. Porém, como o seu autor foi reeleito, ele poderá desarquivá-lo. Nesse caso, o texto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo
Diagramação: Joanna Alves



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF